



ECOTURISMO COMO ALTERNATIVA PARA A SUSTENTABILIDADE DO PARQUE ESTADUAL DO COCÓ, CEARÁ, BRASIL

Hermógenes Henrique Oliveira Nascimento, IFCE, henrique.ecoturismo@gmail.com
Ricardo Furtado Rodrigues, IFCE, ricardo.furtado@ifce.edu.br

Resumo

A relação entre homem e o meio ambiente torna-se cada vez mais complexa, cabe à sociedade buscar conhecimento e habilidade para que se possa preservar as Unidades de Conservação (UC). A presente pesquisa mostra que o desenvolvimento sustentável em áreas protegidas pode ser alcançado por meio do ecoturismo, pois esse segmento é considerado como fator importante no processo cultural, econômico, social e, principalmente, de preservação do meio ambiente. Nesse sentido, esse trabalho tem como objetivo analisar a importância do segmento do ecoturismo para a sustentabilidade do Parque Estadual do Cocó, no estado do Ceará, Brasil. Para isso, foi investigada a relevância dada ao ecoturismo e vertentes dessa atividade que envolvam as premissas do desenvolvimento sustentável. A abordagem metodológica do estudo foi por meio de pesquisa qualitativa, com base na matriz SWOT, explorando a revisão bibliográfica e referências críticas do tema, por meio da análise de conteúdo, proposta por Bardin (2004). Como resultado, todos os objetivos foram alcançados, levando à conclusão de que o Parque Estadual do Cocó possui potencialidade para o desenvolvimento do ecoturismo, desde que estabeleçam arranjos políticos que promovam a valorização cultural, a interação social, com organização comunitária, a repartição dos benefícios econômicos justos e a conservação ambiental.

Palavras-chave: Unidades de Conservação, Políticas Públicas, Turismo Sustentável.

1. Introdução

As áreas protegidas oferecem uma ampla gama de serviços ecossistêmicos para a população humana, incluindo sequestro de carbono, filtragem de água e serviços culturais e recreativos. Nos últimos anos, as Unidades de Conservação despertaram grande interesse do público que procura áreas com qualidade ambiental para visitação e desenvolvimento de atividades de lazer e recreação.

O Brasil é uma das regiões com maior diversidade natural e cultural do planeta. No que diz respeito a seus recursos naturais, segundo Calderwood e Soshkin (2019) o país ocupa a segunda colocação mundial no Índice de Competitividade Turística, publicado no Relatório do Fórum Econômico Mundial em 2019. Sob esse plano de fundo, o ecoturismo se desenvolve por ser um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS 2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

22/11 evento
23/11 100% online
24/11 e gratuito

meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (Brasil, 2010).

As Unidades de Conservação (UC) são globalmente consideradas como uma estratégia chave para a conservação da biodiversidade e a prestação de serviços ambientais. As UC oferecem uma variedade de oportunidades de recreação ao ar livre que atraem visitantes e ajudam a aumentar a conscientização social (Viveiros de Castro, Souza e Thapa, 2015). O turismo é um serviço ambiental cultural que pode apoiar a gestão das UC e também oferecer benefícios econômicos para as comunidades locais.

De acordo com Cases (2012, p. 15), as áreas protegidas consistem em um dos instrumentos mais eficazes “para promover a conservação da natureza e, ao mesmo tempo, promover e apoiar o desenvolvimento sustentável”. Além de sua função primeira de conservar o meio ambiente e proteger a biodiversidade (UNEP-WCMC, 2011), as UC possuem outras finalidades de alcance econômico e social (Fonseca et al., 2010; Pires e Rugine, 2018).

Diante da necessidade da criação de leis e diretrizes de gerenciamento, que garantem eficácia a essa variedade de categorias, criou-se a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, que define e regula a conservação, proteção e manejo de algumas categorias de espaços protegidos, como por exemplo da categoria Parque, objeto desta pesquisa. A partir desse marco legal, há uma maior aproximação da sociedade à gestão das áreas protegidas de diversas formas, com a presença de conselhos gestores, a transparência de informações sobre a UC e a divulgação de resultados de gestão.

Justifica-se o estudo em tela, devido os parques serem a categoria mais representativa de Unidades de Conservação no Brasil. Ainda que sejam essenciais à proteção do patrimônio natural e cultural, essas unidades estão sujeitas a constantes ameaças à sua integridade, o que põe em risco a biodiversidade e as atividades de visitação existentes nessas áreas protegidas. A motivação deste trabalho se encaixa pela necessidade de se refletir, problematizar e analisar o planejamento do turismo no Parque Estadual do Cocó (PEC), na perspectiva do ecoturismo, tendo em vista o potencial existente dessa área.

Para tanto, o desafio futuro é conciliar a manutenção das áreas verdes relevantes com políticas urbanísticas que acarretem o mínimo de impacto possível na qualidade de vida das pessoas e em suas rotinas. Especialmente quando se trata da categoria parque, o desenvolvimento de atividades recreativas, de turismo e de interpretação/educação ambiental, são finalidades primárias desses espaços (Pires e Rugine, 2018), mas ainda exploradas de forma incipiente, em muitos casos.

O PEC, foco deste artigo, é uma Unidade de Conservação do Grupo de Proteção Integral, sendo o maior fragmento verde da capital cearense. A área possui extenso manguezal, matas ciliares, dunas, vegetação de restinga e campos salinos. A UC tem uma área de 1.581,29ha e engloba os municípios de Pacatuba, Itaitinga, Maracanaú e Fortaleza. É notório que devido a sua visibilidade e dinâmica geográfica, a problemática do Parque é incorporada ao cotidiano, às rotas e paisagens urbanas.



Como objetivo geral, buscou-se analisar por meio da Matriz SWOT o potencial do ecoturismo para o desenvolvimento sustentável do Parque Estadual do Cocó. Já nos objetivos específicos procurou-se identificar boas práticas existentes na UC; e desenvolver estratégias de conservação para UC a partir dos resultados da análise de SWOT.

2. Fundamentação teórica

As Unidades de Conservação são uma ferramenta amplamente divulgada para conservar áreas prioritárias e têm se expandido significativamente desde a adoção das Metas de Aichi pela Conservação da Diversidade Biológica (CBD, 2010).

Espera-se cada vez mais que as áreas protegidas proporcionem benefícios às populações locais, bem como integrem as atividades locais em seu manejo. Em síntese, as áreas protegidas são espaços geográficos criados com o objetivo de proteger o meio ambiente natural e/ou cultural por meio de instrumentos legais, criadas a partir do momento em que a humanidade passou a perceber-se como a principal ameaça ao meio ambiente (Souza, 2019).

O Brasil é o maior país da América Latina e também detém a maior rede de UC do mundo, com mais de 250 milhões de hectares sob proteção, cobrindo quase 29,42% da área do país (UNEP-WCMC e IUCN, 2018). As áreas protegidas têm sido foco de considerável debate no Brasil sobre sua eficiência, localização e proteção legal (Nolte et al., 2013).

De acordo o Artigo 7 da Lei Federal nº. 9.985/2000, as Unidades de Conservação dividem-se em dois grupos, com características e objetivos específicos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. O objetivo básico das primeiras é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais (aquele que não envolve consumo, coleta e demais conseqüências destes), com exceção dos casos previstos na Lei e o objetivo básico das segundas é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (Brasil, 2000).

É interessante compreender que a categoria Parque tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. A área deve ser de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites deverão ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a Lei.

De acordo com a UNWTO (2020), o crescente interesse pelo contato com a natureza e a idealização de uma experiência sustentável fazem com que o Ecoturismo tenha uma alta procura, atualmente, sendo um dos segmentos com maior crescimento nos últimos anos.

No entanto, o termo ecoturismo não é recente. Ele foi criado em 1983, por Hector Ceballos Lascurain, um ambientalista mexicano. Inicialmente essa expressão foi usada para descrever viagens em áreas relativamente pouco exploradas e não obstruídas pela ação humana. A abrangência pode estar vinculada à noção de que o ecoturismo é um conceito complexo, por dispor de vários sinônimos e manter semelhança com expressões associadas ao turismo

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

22/11 | evento
23/11 | 100% online
24/11 | e gratuito

sustentável e o turismo responsável e ético (Cobbinah, 2015).

Ao refletir sobre as técnicas gerenciais, Leung et al (2019) argumenta que a estruturação de um ambiente voltado para o ecoturismo deve se pautar não só no comportamento do turista, mas também buscar anteceder o processo de preparação do espaço para a atividade, que consiste na edificação do ambiente a ser visitado e sua organização.

Além do mais, o local deve possuir um conjunto de medidas que conciliam conservação, preservação, manejo e recuperação com outras atividades. A dinâmica das ações de gestão proferida por Menezes (2015) se encontra amparada na Lei Federal nº 11.771, de 17/09/2008, regulada através do Decreto Federal nº. 7.381, de 2/12/2010 que dispõe sobre a Política Nacional do Turismo, a qual apresenta como um dos objetivos “propiciar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural”.

Dentro desse escopo e enfatizando a gestão das práticas turísticas nas UC tem-se o documento elaborado pelo Ministério do Turismo (Brasil, 2010b), que tem como objetivo apresentar informações voltadas a auxiliar os gestores “(...) que atuam no processo de promoção, desenvolvimento e comercialização dos destinos e roteiros turísticos do Brasil” (Brasil, 2010b, p. 9).

É pertinente frisar que nesse documento a orientação turística nas UC se encontra relacionada à visitação que deve ser realizada de forma planejada a fim de que os objetivos de criação da UC sejam efetivados e propiciem o desenvolvimento local e regional.

Após a publicação do Relatório de Brundtland em 1987, que teve como finalidades fazer um balanço do desenvolvimento econômico em nível mundial, destacar as principais consequências sócio-ambientais desse modelo de desenvolvimento, e propor algumas estratégias ambientais de longo prazo visando um desenvolvimento sustentável (CMMAD, 1991 apud SOUZA, 1994), o mundo têm buscado novas alternativas de enfatizar o desenvolvimento sustentável, pois tanto sua teoria quanto sua prática ainda estão em processo nas várias áreas do conhecimento.

O desenvolvimento sustentável pressupõe uma divisão equitativa e inclusiva das riquezas, com melhoria dos padrões básicos de vida e manejo integrado e sustentável dos recursos naturais (United Nations, 2012). Assim, no contexto do desenvolvimento sustentável, a participação social é um elemento fundamental na medida em que compartilha conhecimentos e promove a negociação das relações de poder (Pita et al., 2009). A esfera econômica deixa de ser um fim por si só e passa a ser considerada um meio para atingir o desenvolvimento sustentável (Sachs, 2007).

O Relatório de Desenvolvimento Sustentável de 2022 das Nações Unidas destaca que desafios como a crise climática, a COVID-19 e os conflitos globais comprometem a realização dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Sachs et al., 2022). No entanto, as principais estratégias para o alcance abrangem o aprofundamento das reformas estruturais do lado da oferta, a promoção da inovação, a revitalização rural, o desenvolvimento regional coordenado



e o envolvimento internacional abrangente.

Considerando a complexidade do desenvolvimento sustentável em Unidades de Conservação, as soluções baseadas na natureza são cada vez mais utilizadas pelos estudiosos do turismo como um modelo para compreender a dinâmica e gestão adaptativa da atividade em áreas protegidas (Hall, Prayag & Amore, 2018; Liburd, 2018).

A gestão de Parques é tarefa extremamente complexa e que exige tomadas de decisão entre cenários ou demandas muitas vezes conflitantes ou que ao menos aparentam estar em conflito (Leung et al., 2018).

Por estar encravado na cidade de Fortaleza/CE, o Parque Estadual do Cocó (Figura 2) demonstra ter potencial como atrativo turístico de natureza, o que seria uma opção a mais de lazer, tanto para os residentes quanto para a demanda turística, além de resgatar o equilíbrio ecológico do local. Atualmente, a administração pública do Estado, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima (SEMA), tem realizado diversas atividades para promover o parque como espaço público de recreação e lazer, através de investimentos em infraestrutura, segurança e comunicação.

O principal ecossistema do parque é o manguezal, que recobre boa parte da zona estuarina do rio Cocó. Esse ecossistema possui elevada produtividade biológica, servindo como uma área de refúgio, alimentação, criadouro e desova de animais, sendo considerado um berçário natural. Esse ecossistema é muito frágil e vulnerável à degradação por conta da ação antrópica e com isso surgiu a necessidade de conservá-lo.

O Rio Cocó é um dos principais cursos d'água, em termos de extensão, da capital cearense, no entanto, vale mencionar que ele nasce na vertente oriental da Serra de Aratanha, no município de Pacatuba, cruzando, além deste, os territórios municipais de Maracanaú e Itaitinga até chegar em Fortaleza.

Figura 2 – Mapa de localização da Unidade de Conservação Parque Estadual do Cocó, Ceará

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

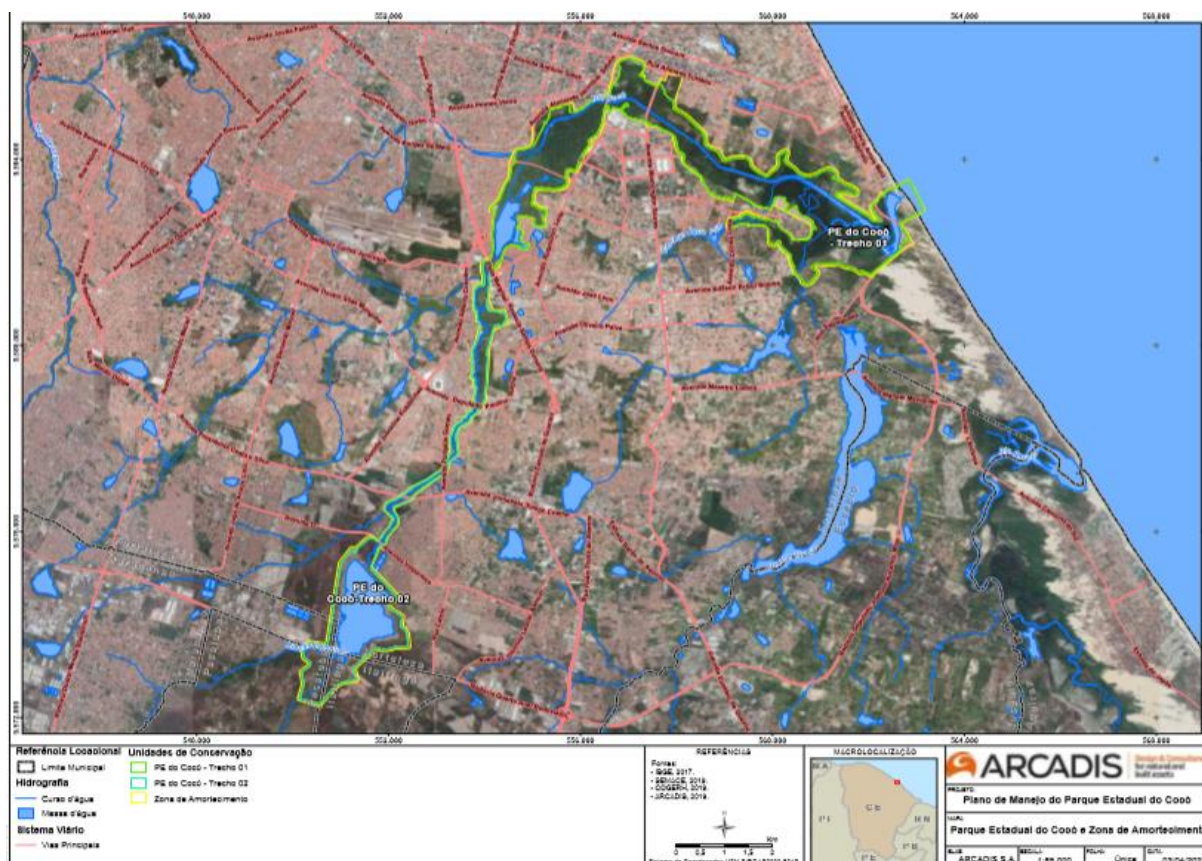
SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS



22/11 evento
23/11 100% online
24/11 e gratuito



Fonte: Arcadis (2020)

Conforme artigo 2º do Decreto de Criação do Parque Estadual do Cocó, um dos seus objetivos é: preservar a integridade dos ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico, quando autorizada pelo órgão gestor. Compete à SEMA a administração do Parque, mediante medidas necessárias à sua efetiva implantação e proteção, sendo uma delas a implementação do Plano de Manejo desta Unidade de Conservação de Proteção Integral.

3. Metodologia

A presente pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa com base em Flick (2009), exploratória e descritiva, segundo as diretrizes de Creswell (2010), visando

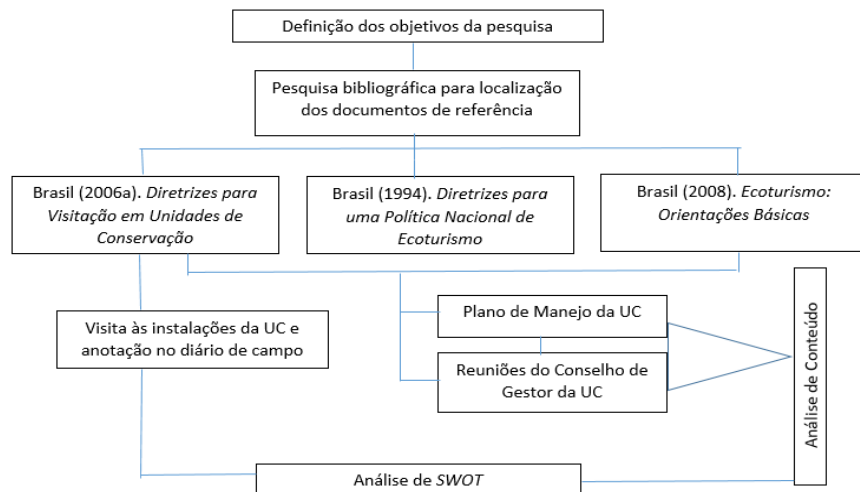


descrever e problematizar diferentes aspectos em torno do desenvolvimento do ecoturismo no Parque Estadual do Cocó/CE.

Os procedimentos metodológicos por meio da pesquisa bibliográfica objetivou soluções ao problema em questão, embasando-se em livros, artigos, relatórios técnicos de pesquisa não publicados, Plano de Manejo da UC, teses sobre o objeto de estudo e temas correlacionados, conforme visualizado na Figura 1.

Após a coleta, realizou-se a leitura flutuante das informações e em seguida procedeu-se à organização dos dados buscando categorizar as referências mais relevantes, mediante a análise de conteúdo (Bardin, 2009; Mozzato & Grzybovski, 2011). Com isso, foi possível identificar as categorias existentes nos discursos dos autores e em seguida foi aplicada a análise de SWOT (do inglês para *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*).

Figura 1: Esquema metodológico adotado para obtenção dos resultados da pesquisa realizada no Parque Estadual do Cocó/CE



Fonte: Elaborado pelos Autores (2023)

A técnica de pesquisa qualitativa adotada para esse trabalho possibilitou obter as variáveis (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) da perspectiva do ecoturismo no Parque Estadual do Cocó, estabelecendo a relação entre o desenvolvimento e conservação DA UC por meio da Análise de Conteúdo proposta do Bardin (2004). O escopo da pesquisa visa estabelecer estratégias para práticas de atividades ecoturísticas voltadas à conservação da natureza e à qualidade de vida da população local que venham também a conscientizar a sociedade da importância da preservação dessa área protegida para as futuras gerações cearenses.

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS



22/11 evento
23/11 100% online
24/11 e gratuito

4. Resultados Esperados

Antes de adentrar nas discussões sobre a atividade turística no Parque Estadual do Cocó, é importante ressaltar que o desenvolvimento da atividade turística em áreas naturais no Brasil vem sendo caracterizada pela privatização e exploração do capital a todo custo, desvalorizando aspectos locais, como usos do território, práticas tradicionais entre outros aspectos, que se perdem em meio aos interesses do capital (Vilani e Medeiros, 2017).

No Brasil, especialmente em UC, o uso do ecoturismo como meio para o desenvolvimento dessas áreas ainda é muito restrito a algumas localidades. E, apesar de existirem casos/locais que remetem ao ecoturismo, como Bonito/MS, Fernando de Noronha/PE, Lima Duarte/MG, o que se observa nesses e em outros casos é uma espécie de “ecoturismo de prateleira”. Contudo, o PEC, de acordo com o Quadro 1, apresenta atrativos turísticos que são de alta relevância para o desenvolvimento do uso público, englobando atividades de educação ambiental, recreação e turismo ecológico.

O principal objetivo de criação do PEC é proteger os ambientes de alta relevância que estão distribuídos ao longo do rio Cocó, como manguezais, restingas e campos de dunas, além da sua biodiversidade, que vêm sendo ameaçados pelo crescimento urbano e populacional.

Quadro 1: Recursos naturais e culturais de valor para o ecoturismo no Parque Estadual do Cocó

Recurso	Descrição
Flora	O Parque Estadual do Cocó engloba parte significativa dos tipos de vegetação costeira do Ceará, pois tem sentido predominante norte-sul, iniciando-se na beira do mar, com presença de vegetação de campos praianos (vegetação de restinga). Os manguezais são um dos principais ecossistemas do PEC, se distribuindo desde a foz do rio até o Lagamar, na BR-116. Os trabalhos de campo realizados para o Plano de Manejo permitiram registrar para o PEC 196 espécies nativas, das quais, foram registrados os respectivos hábitos: 53 espécies de árvores (27%), 45 espécies de arbustos (23%), 56 ervas (28,6%), 13 subarbustos (6,6%), 27 trepadeiras (13,8%), 1 planta parasita (0,5%) e 1 planta hemiparasita (0,5%). As espécies registradas pertencem a 78 famílias botânicas, das quais a família mais diversa foi Fabaceae, com 35 espécies, seguida por Rubiaceae com 12 espécies, Myrtaceae com 9 espécies e Euphorbiaceae, com 8 espécies.
	O PEC é considerado um refúgio para a fauna, e abriga espécies diversas, com destaque para os cavalos marinhos e o guaiamum,

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS



22/11 evento
23/11 100% online
24/11 e gratuito

Fauna	espécie ameaçada de extinção, e ainda mais de 130 espécies de aves, inclusive 5 espécies de pica-pau, se constituindo uma área de descanso para várias aves migratórias. As espécies mais frequentes foram as mais adaptadas a ambientes antropizados, comuns a várias áreas com graus de perturbação antrópica, como o bem-te-vi (<i>Pitangus sulphuratus</i>), o suiriri (<i>Tyrannus melancholicus</i>), a cambacica (<i>Coereba flaveola</i>), a corruíra (<i>troglodytes musculus</i>), o ferreirinho-relógio (<i>Todirostrum cinerium</i>), o pitiguari (<i>Cyclarhis gujanensis</i>), o anu-preto (<i>Crotophaga ani</i>), dentre outros.
Patrimônio Histórico e Cultural	O PEC abarca em seu território patrimônio cultural material e imaterial decorrente do histórico de ocupação e uso do território do Rio Cocó e respectivas margens. Para além das áreas remanescentes da Salina do Diogo, as trilhas da Área Cocó passam por outro testemunho da história de ocupação e tradição deste território: as lavadeiras. Outro importante patrimônio cultural está disposto na Comunidade Tradicional Casa de Farinha. Nesta comunidade foi construída pelo patriarca José Eugênio da Silva, uma Casa de Farinha de manuseio artesanal. Nos anos 80, o avanço do Rio Cocó sobre as suas margens ocasionou processos erosivos que comprometeram a estrutura original da Casa de Farinha. Do ponto de vista das áreas pertencentes ao Parque Estadual do Cocó e a sua Zona de Amortecimento, de acordo com o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - CNSA do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico – IPHAN, aí estão registrados os sítios arqueológicos.
Aspectos Físicos	Campo de Dunas, Rio Cocó, <i>Beach Rocks</i> (Arenitos de Praia), Depósitos de Pântanos e Mangues.

Fonte: Adaptado de Arcadis (2020)

De maneira a sistematizar e tratar de algumas das questões, oportunidades e desafios para o desenvolvimento do ecoturismo no Parque Estadual do Cocó, foi proposta uma Matriz SWOT (Quadro 2) a partir de estudos e documentos acerca da atividade turística nessa área, obtidos em diferentes repositórios e fontes.

Identifica-se que a área do PEC apresenta todos os elementos básicos para o desenvolvimento do ecoturismo. Por outro lado, há uma série de problemas, principalmente de ordem ambiental e social, que fragilizam a prática do turismo, especialmente se considerarmos a perspectiva da sustentabilidade.



Quadro 2 - Análise SWOT do Ecoturismo no Parque Estadual do Cocó-CE

Pontos Fortes	Pontos Fracos
1. Geração de emprego e renda por meio do turismo.	1. Existência de espécies invasoras (Ex.: Castanholeira, Algodão-da-praia e Unha-do-Diabo)
2. Existência de atividades recreativas (Ex.: trilhas, passeios de barco, parques infantis, tirolesa).	2. Conflito de interesses entre diferentes partes interessadas (Ex.: ONGs, governo e administração da unidade de conservação).
3. Existência do Conselho Gestor da UC.	3. Existência de diferentes conflitos territoriais ligados às questões ambientais
4. Existência de diversos atrativos naturais e culturais (Ex.: ruínas da Casa de Farinha, Rio Cocó, sítios arqueológicos, manguezal, dunas, Salina do Diogo).	4. Falta de projetos destinados ao desenvolvimento dos sítios arqueológicos.
5. Existência do Programa de Uso Público da UC.	5. Falta de acessibilidade.
6. Existência do Plano de Manejo da UC.	6. Fiscalização ambiental incipiente.
7. Existência de projetos de educação ambiental e comunicação na UC (Ex.: Projeto Viva o Parque).	7. Falta de planejamento da atividade turística.
8. Estabelecimento da Zona de Amortecimento da UC.	8. Presença de animais domésticos.
9. Centro de Referência para atendimento ao público.	9. Coleta de lixo precária no entorno da UC.
10. Existência de viveiro de mudas nativas.	10. Pesca ilegal no Rio Cocó.
	11. Existência de comércio no interior da UC.
	12. Descumprimento da legislação ambiental.
Oportunidades	Ameaças
1. Crescimento do turismo de natureza/ecoturismo, pós-pandemia de Covid-19.	1. Falta de políticas públicas direcionadas ao ecoturismo.
2. Aumento da procura por UC para visitação.	2. Massificação do turismo.
3. Desenvolvimento de novas atividades recreativas (Ex.: observação de aves, arborismo, esportes náuticos, etc.).	3. Falta de diálogo entre entes públicos e comunidade local.
4. Desenvolvimento da gestão participativa por meio de Parcerias-Público-Privadas	4. Falta de investimento e de orçamento para a sustentabilidade financeira da UC.

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS



22/11 evento
23/11 100% online
24/11 e gratuito

(PPP).	
5. Reconhecimento governamental do ecoturismo como meio para explorar a atividade turística na UC.	5. Falta de integração entre políticas públicas e competências administrativas.
6. Fomento às pesquisas científicas na UC.	6. Mudanças de política de governo.
7. Plano Ceará 2050.	

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Uma grande preocupação em destinos que se propõem a desenvolver o ecoturismo é a massificação deste processo, ou seja, torná-lo um turismo de massa, o que implica grandes prejuízos para o meio ambiente e, conseqüentemente, para a proposta do ecoturismo. E essa é uma grande questão para a cidade de Fortaleza, pois o turismo de massa privilegia o lucro imediato e a grande escala das suas atividades, contribuindo para a destruição da qualidade dos destinos turísticos (Zaoual, 2008).

A partir da análise de SWOT, é possível inferir que o turismo massificado em áreas litorâneas, por conta da busca de destinos de praia e sol, devido à sua sazonalidade, também provoca progressiva destruição dos ecossistemas naturais.

Analisando-se os aspectos externos que atuam sobre o desenvolvimento do ecoturismo no Parque Estadual do Cocó, observa-se, pelo Quadro 2, que há uma série de oportunidades para o desenvolvimento da UC como um destino de ecoturismo, tais como instrumentos que buscam conservar e proteger a região, respaldados por uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, como o Plano Ceará 2050 (Ceará 2018), que visa ações em prol da conservação dos recursos naturais e culturais, contemplando o ecoturismo. Porém, há elementos que dificultam o desenvolvimento do ecoturismo, sendo gerados, em grande parte, pela falta de projetos e políticas claras para as áreas protegidas, sem contar a falta de diálogo entre diferentes agentes públicos e locais, que se convertem em diferentes conflitos em torno desses agentes, como observado no Quadro 2.

Dentre os pontos fracos (Quadro 2), nota-se que parte deles são oriundos da existência de conflitos territoriais ligados às questões ambientais, inclusive, fruto do descumprimento da legislação afeta à UC, tais como degradação ambiental, presença de lixo e falta de tratamento do esgoto etc. Outra parte dos pontos fracos gira em torno da escassez de investimentos e falta de planejamento, como pode ser notado na ausência de projetos destinados a desenvolver atrativos turísticos locais.

Apesar da série de desafios apresentados no Quadro 2, a recente crise gerada no setor de turismo devido a pandemia de Covid-19 apresenta-se como uma oportunidade para o ecoturismo, inclusive no Parque Estadual do Cocó, tendo em vista que diversos autores (Romagosa, 2020; Niewiadomski, 2020; Higgins-Desbiolles, 2020) têm defendido o turismo sustentável e responsável, o turismo comunitário e destinos baseados na natureza como novos caminhos para o desenvolvimento do turismo global, que, além de oferecerem boas experiências, ainda são formas de agregar valor aos destinos; assim, num período pós-

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

22/11 | evento
23/11 | 100% online
24/11 | e gratuito

pandemia, espera-se que a busca por destinos mais sustentáveis cresça. Além disso, o turismo na natureza pode ter sua procura elevada pós pandemia, por conta da busca por espaços com menor aglomeração de turistas e que respeitem o meio ambiente.

Ao refletir sobre o planejamento do ecoturismo, é fundamental que gestores busquem meios alternativos com soluções baseadas na natureza para lhes auxiliar nessa atividade. Por sinal, uma ferramenta importante para o planejamento do uso público de UC desenvolvido pelo ICMBio é o ROVUC, o Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação (ICMBio, 2018), que pode ser utilizado para auxiliar na diversificação de usos e no manejo mais adequado de ambientes naturais, de modo a proporcionar uma visitação desejada em UC como as que são monitoradas no Parque Estadual do Cocó.

É urgente ressaltar a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas e a retomada do ecoturismo como meio para o desenvolvimento local, aliás, desenvolvimento situado como proposto por Zaoual (2008), onde o processo de desenvolvimento econômico é norteado pelas trocas simbólicas, conhecimentos e práticas socioculturais. Por fim, para que o turismo sustentável floresça, é preciso alinhar as políticas de proteção ambiental e aquelas destinadas ao desenvolvimento regional, incluindo o ecoturismo.

5. Conclusões

Neste estudo, tratou-se de discutir o ecoturismo como forma de desenvolvimento do turismo em UC e destacou-se o caso da Unidade de Conservação do Parque Estadual do Cocó. Como abordado, apesar do seu potencial para o ecoturismo, a UC ainda carece de meios para viabilizar tal tipo de turismo. O que os estudos e relatórios sobre a área revelam é um cenário que demanda atenção para a prática turística que vem sendo feita nesta. Ao mesmo tempo em que a região apresenta diversos elementos que a tornam um potencial pólo para a prática do ecoturismo no Estado do Ceará, observou-se que, além de existirem diversos aspectos que fragilizam o desenvolvimento do ecoturismo na UC, é preciso que se desenvolva uma coesão entre os diferentes atores, para que ela não continue perdendo suas características e torne-se mais um destino de turismo de massa.

Em suma, percebe-se que o Parque Estadual do Cocó atrai moradores locais e turistas, visto que, com o processo de urbanização, diminuição de áreas verdes e de áreas de lazer na cidade de Fortaleza, o parque surge como uma boa opção para a população por ser um espaço que proporciona qualidade de vida, como lazer, esportes, cultura, saúde e educação. Finalizando, observa-se que é primordial desenvolver ações políticas efetivas, arranjos sustentáveis de interação social e diretrizes estratégicas claras para orientar as práticas atuais e futuras, de forma a transformar o Parque Estadual do Cocó em destino de fato ecoturístico.



6. Agradecimentos

Gostaria de agradecer ao Curso de Pós-Graduação em Turismo Sustentável do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) pela oportunidade do aprendizado adquirido nas discussões em sala de aula.

7. Referências bibliográficas

ARCADIS LOGOS. **Plano de Manejo do Parque Estadual do Cocó**. São Paulo/SP, 2020.

BYSTRÖM J., MÜLLER D.K. **Tourism Labor Market Impacts of National Parks. The Case of Swedish Lapland**. Zeitschrift für Wirtschaftsgeographie, vol.58. nr.1–2, p.115–126. 2014.

BUCKLEY, R.; BROUGH, P.; HAGUE, L.; CHAUVENET, A.; FLEMING, C.; ROCHE, E., SOFIJA, E and HARRIS, N. **Economic value of protected areas via visitor mental health**. Nature Communications, 10: 5005. 2019. Disponível em: Doi:10.1038/s41467-019-12631-6. Acesso em 10 mai. 2023.

CANADÁ. **Guidelines: Survey Procedures for Tourism Economic Impact Assessments of Ungated or Open Access Events and Festivals**. Alberta Turismo, Parques, Recreação e Cultura Comissão Canadense de Turismo. Ontário. 2007. Disponível em: https://www.destinacionbc.ca/content/uploads/2018/08/Ungated_or_Open_Access_Events_and_Festivals-economic-impact.pdf. Acesso em: 04 jun. 2023.

CEARÁ. **Decreto n. 32.248, de 07 de junho de 2017**. Dispõe sobre a criação da unidade de conservação estadual do grupo de proteção integral denominada parque estadual do cocó, no município de fortaleza e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, Fortaleza, CE, Ano IX, n. 108, 08 junho 2017. Caderno 1, p.1. Disponível em: <http://pesquisa.doe.seplag.ce.gov.br>. Acesso em: 15 mai. 2023.

CULLINANE T.C., HUBER CH., KOONTZ L. **2013 National Park Visitor Spending Effects, Economic Contributions to Local Communities**. States and the Nation Natural Resource Report NPS/NRSS/EQD/NRR—2014/824, Fort Collins. 2014.

DIEU – DEPARTAMENTO DO INTERIOR DOS ESTADOS UNIDOS. **O Modelo de Geração de Dinheiro (MGM2) - Benefícios Econômicos dos Parques nas Economias Locais**. Divisão de Estudos Socioeconômicos. Denver, Colorado. 30p. 1990. Disponível em:



<http://npshistory.com/publications/social-science/mgm2/money-generation-model.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2023.

DRIML S., MCLENNAN C.L. **Handbook on Measuring the Economic Value of Tourism to National Parks**. CRC for Sustainable Tourism, Queensland. 2010.

EAGLES P.F., MCLEAN D., STABLER M.J. **Estimating the Tourism Volume and Value in Parks and Protected Areas in Canada and the USA**. George Wright Forum vol.17. nr.3, p.62–82. 2000.

EAGLES P.F., McCOOL S.F. **Tourism in National Parks and Protected Areas: Planning and Management**. CABI Publishing, Cambridge. 2002.

EMERTON, L.; BISHOP, J.; Thomas, L. **Sustainable financing of protected areas: A global review of challenges and options**. IUCN, 2006.

FREDMAN P. **Determinants of Visitor Expenditures in Mountain Tourism**. Tourism Economics, vol.14. nr.2, p.297–311. 2008.

FERRARO, P.J.; MERLIN, H. **Quantifying causal mechanisms to determine how protected areas affect poverty through changes in ecosystem services and infrastructure**. Proceedings of the National Academy of Sciences, Vol 111, 2014, pp. 4332-4337.

GETZNER M. **The Economic Impact of National Parks: The Perception of Key Actors in Austrian National Parks**. International Journal of Sustainable Development, vol.6. nr.2, p.183–202. 2003.

HJERPE E.E., KIM Y.S. **Regional Economic Impacts of Grand Canyon River Runners**. Journal of Environmental Management, vol.85. nr.1, p.137–149. 2007.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Monitoramento da visitação em Unidades de Conservação Federais: Resultados de 2019 e breve panorama histórico**. Brasília/DF, 2020.

HUHTALA, M. **Assessment of The Local Economic Impacts of National Park Tourism: The Case of Pallas-Ounastunturi National Park**. Forest Snow and Landscape Research, vol.81. nr.1/2, p.223–238. 2007.

JOB H. **Estimating the Regional Economic Impact of Tourism to National Parks: Two Case Studies from Germany**. GAIA, vol.17(S1), p.134–142. 2008.



LEUNG, Y.F.; SPENCELEY, A.; HVENEGAARD, G.; BUCKLEY, R. (eds.) **Turismo e gestão da visitação em áreas protegidas**. Diretrizes para sustentabilidade. Série Diretrizes para melhores Práticas para Áreas Protegidas No. 27, Gland, Suíça: UICN. 120 pp. 2019.

MACKINNON, K., VAN HAM, C., REILLY, K. and HOPKINS, J. **Nature-based Solutions and Protected Areas to improve urban biodiversity and health**. In: Marselle, M., Stadler, J., Korn, H., Irvine, K. and Bonn, A. (Eds.) Biodiversity and health in the face of climate change, 2019. pp. 363–380.

McDONALD G.T., WILKS L.C. **The Regional Economic Impact of Tourism and Recreation in National Parks**. Environment and Planning B, vol.13. nr.3, p.349–366. 1986.

MAYER M., MÜLLER M., WOLTERING M., ARNEGGER J., JOB H. **The Economic Impact of Tourism in Six German National Parks**. Landscape and Urban Planning, vol.97. nr.2, p.73–82. 2010.

MEDEIROS, R. YOUNG; C.E.F., PAVESE, H.B., ARAÚJO, F.F.S. **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: Relatório Final**. Brasília: UNEP-WCMC, 120p. 2011. Disponível em: <http://www.bibliotecaflorestal.ufv.br/handle/123456789/3494>. Acesso em: 04 jun. 2023.

MELL, I. **Coronavirus: urban parks can be a lifeline – if we respect lockdown rules**. The Conversation. 2020. Disponível em: <https://theconversation.com/coronavirus-urban-parks-can-be-a-lifeline-if-we-respect-lockdown-rules-134185>. Acesso em: 14 mai. 2023.

SOUZA, T. V. S. B.; THAPA, B.; RODRIGUES, C. G. O.; IMORI, D. **Economic impacts of tourism in protected areas of Brazil**. Journal of Sustainable Tourism. Sumário Executivo. ICMBio. 2018. Disponível em: DOI: 10.1080/09669582.2017.1408633. Acesso em: 04 jun. 2023.

SOUZA, T. V. S. B.; THAPA, B.; RODRIGUES, C. G. O.; IMORI, D. **Economic impacts of tourism in protected areas of Brazil**. Journal of Sustainable Tourism. Sumário Executivo. ICMBio. 2018. Disponível em: DOI: 10.1080/09669582.2017.1408633. Acesso em: 04 jun. 2023.

STYNES, D., PROPST, D., CHANG, W., & SUN, Y. **Estimating National Park Visitor Spending and Economic Impacts: The MGM2 Model**. Michigan State University, 2000.

TPL – TRUST FOR PUBLIC LAND. **The Economic Benefits and Fiscal Impact of Parks and Open Space in Nassau and Suffolk Counties, New York**. 2019. Disponível em:

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS



22/11 evento
23/11 100% online
24/11 e gratuito

https://licf.org/wp-content/uploads/2019/12/parks_and_open_space_report.pdf. Acesso em: 04 jun. 2023.

WALPOLE M.J., GOODWIN H. **Local Economic Impact s of Dragon Tourism in Indone-sia**. Annals of Tourism Research, vol.27 nr.3, p.559–57. 2000.

WTTC. **Economic impact reports – Brazil**. World Travel & Tourism Council, 2020. Dis-ponível em: <https://wtcc.org/Research/Economic-Impact>. Acesso em: 15 mai. 2023.